

Jornal: **Mirante**

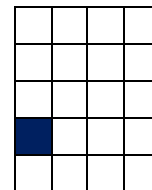
Periodicidade: **Semanal**

Tiragem: **28.000**

Data: **20/12/2012**

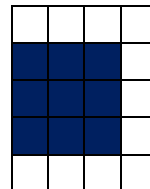
Secção: **Economia**

Página: **Capa, 1 e 18**



O dinheiro dos primeiros seis meses é para pagar impostos

“Para além do Orçamento de Estado 2013”. Conferência Moneris
Santarém traça cenário duro para famílias e empresas **18**



Pedro Netto, João Gomes e Ricardo Gonçalves no dia do seminário realizado no Teatro Sá da Bandeira em Santarém

O dinheiro dos primeiros seis meses é para pagar impostos

Conferência Moneris Santarém traça cenário duro para famílias e empresas 18

O dinheiro ganho nos primeiros seis meses do próximo ano é para pagar impostos

Conferência Moneris Santarém traça cenário duro para famílias e empresas

Ganhe pouco, medianamente ou acima da média, vai sofrer com o aumento de impostos no próximo ano. Os empresários também vão ter dificuldades acrescidas a partir de Janeiro, já que o IVA se mantém nos 23 por cento e a possibilidade de o IRC descer até aos dez por cento não se deverá concretizar. A conferência "Para além do orçamento de Estado para 2013", realizada dia 13 no Teatro Sá da Bandeira, em Santarém, apenas confirmou o que já se adivinhava. Ao explicar a "vaga" de impostos que vai atingir os trabalhadores por conta de outrem, o sénior manager da Moneris Santarém, João Gomes, disse que os portugueses vão trabalhar até Junho para pagar os seus impostos e só a partir daí podem considerar o que receberem como rendimento. No ar ficou uma crítica indirecta ao Governo. "Em países sob assistência internacional, como a Grécia e a Irlanda não se exigiu um esforço fiscal tão grande aos cidadãos e empresas".

Para que não restassem dúvidas o orador deu exemplos concretos. "O português que ganhe 80 mil euros por ano é considerado rico e leva com uma taxa de IRS de 48 por cento. Actualmente essa taxa só se aplica a quem auferir mais de 153 mil euros. Ou seja, ficamos ricos mais cedo", ironizou. "Para quem ganha 500 ou 600 euros, ficar sem dez ou 20 euros fará mais diferença", disse João Gomes.

Na mesa do painel de protagonistas da conferência estiveram Pedro Neto, director regional da Moneris, Ricardo Gonçalves, presidente da Câmara de Santarém, e Joaquim António Emídio, director geral de O MIRANTE e moderador da sessão, perante cerca de uma centena de pessoas na plateia.

Bancários, advogados, economistas e empresários ouviram o sénior manager da Moneris dizer ainda que as deduções à colecta também levam um rombo. Quem pensava abater despesas de educação, saúde, rendas, prestações de casa, seguros ou planos de poupança reforma vai ter que refazer os cálculos. "Em 2012 já se sentirá essa realidade e no IRS de 2013 os benefícios serão residuais na maior parte dos rendimentos", acrescentou. João Gomes disse ainda que o que mais preocupa e assusta o investidor, principal-



CRISE. João Gomes, da Moneris, diz que portugueses vão trabalhar até Junho para pagar impostos

mente o estrangeiro, é a burocracia e o não funcionamento da justiça e dos tribunais.

Se Jorge Pires deu como exemplo mais positivo o facto de se poder pagar o IMI em três modalidades diferentes, e não haver grandes diferenças em torno do IVA, Pedro Nunes, director executivo da RISA, abordou os fundos comunitários disponibilizados no quadro 2014-2020, no segundo painel de oradores, salientando o facto de ainda haver dinheiro disponível para incentivos a empresas que privilegiem a inovação, a qualificação, a internacionalização e a investigação e o desenvolvimento. Quanto aos fundos estruturais com apoios a fundo perdido, afirmou que serão privilegiados os projectos ligados ao crescimento e ao emprego, sejam eles protagonizados por empresas ou por associações empresariais.

PRESIDENTE DA CÂMARA DE SANTARÉM QUER SUSPENSÃO DO PDM PARA FACILITAR INSTALAÇÃO DE EMPRESAS

Ricardo Gonçalves não escondeu a sua preocupação. "O orçamento de 2013 coloca as receitas ao nível do 2005. IMT, derrama

e taxas de construção baixaram consideravelmente e em paralelo, o Estado não tem conseguido manter as delegações de competências que fez com os municípios" comentou o presidente da Câmara de Santarém. Para atenuar os efeitos negativos o autarca defendeu a suspensão dos Planos Directores Municipais de forma a facilitar licenciamentos para a instalação de empresas e criação de emprego.

Sobre a forma de fazer contas de alguns analistas, Ricardo Gonçalves lembrou o caso dos investimentos municipais que servem as populações mas que não são reprodutivos, como a construção de piscinas que têm pesados custos de funcionamento e manutenção. "Apesar de tudo sou um optimista. Ser pessimista é um luxo dos países ricos. Acredito que 2013 será o último dos anos difíceis e que no segundo semestre se irá já notar essa realidade", afirmou.

A propósito de municípios, o director geral de O MIRANTE, Joaquim António Emídio, lembrou que enquanto concelhos como Sintra crescem todos os dias, Santarém ou Azambuja, apesar da sua proximidade a Lisboa estão desertificados. "Há que atrair

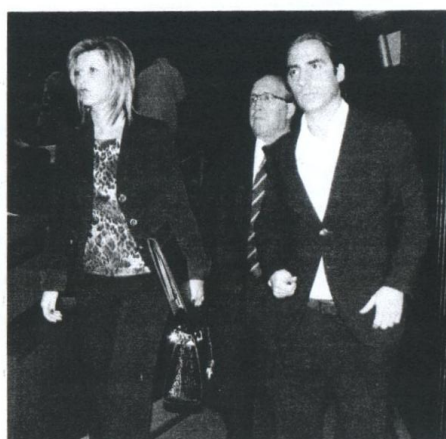
Os portugueses vão trabalhar até Junho para pagar os seus impostos e só a partir daí podem considerar o que receberem como rendimento. No ar ficou uma crítica indirecta ao Governo. "Em países sob assistência internacional, como a Grécia e a Irlanda não se exigiu um esforço fiscal tão grande aos cidadãos e empresas"

Quem pensava abater despesas de educação, saúde, rendas, prestações de casa, seguros ou planos de poupança reforma vai ter que refazer os cálculos. "Em 2012 já se sentirá essa realidade e no IRS de 2013 os benefícios serão residuais na maior parte dos rendimentos"

pessoas e empresas para que se fixem na região", defendeu.

A presidente da Nersant - Associação Empresarial da Região de Santarém receia o impacto que a carga fiscal vai ter não só no presente mas principalmente no futuro. "Quanto aos filhos dos presentes nesta sala vão querer ser empresários?" perguntou Salomé Rafael, confessando-se "farta de impostos". "Felizmente, temos um tecido empresarial dinâmico, que cresceu mais que em Lisboa ou em Leiria, apesar das dificuldades das medidas anunciadas em termos de fundos comunitários para as empresas são positivas", disse.

A conferência teve ainda a presença de Miguel Malaquias Pereira, Director do Espírito Santo Research, que falou sobre "a visão das instituições financeiras para 2013 e a relação com as empresas". Miguel Malaquias Pereira lembrou que a sua instituição é das que mais de perto tem acompanhado e apoiado projectos empresariais. Referiu que estão disponíveis instrumentos de apoio a empresas, quer os que ajudem a tesouraria, como incentivos à inovação e apoios à internacionalização.



Salomé Rafael, (presidente da Nersant), João Artur e Pedro Nunes (ambos da RISA)



Jorge Pires deu como exemplo mais positivo o facto de se poder pagar o IMI em três modalidades diferentes



João Gomes (Moneris) e Ricardo Gonçalves (presidente da Câmara de Santarém)